

A ESCOLA DO CAMPO COMO TERRITÓRIO DE PARTICIPAÇÃO E APRENDIZAGEM

Rubilaine Borges da Costa[1]

Denise Bastos das Neves [2]

Círculo de Saber: Círculo de Saber 05: Organização do Trabalho Pedagógico na Educação do campo, das águas e das florestas

Resumo

Este artigo objetiva relatar a experiência didática vivenciada com alunos do sétimo ano do ensino fundamental, da Escola Municipal de Ensino Fundamental em Tempo Integral (EMEF em TI) Sylvia Centeno Xavier, localizada na Ilha dos Marinheiros, em Rio Grande, RS. Em resposta a uma proposta apresentada por um deputado, que visa a construção de dois canais entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico. A atividade surgiu a partir do interesse dos alunos (as), que questionaram a proposta em sala de aula. Foi expresso posicionamentos críticos sobre o território, os impactos socioambientais e o direito das comunidades tradicionais à consulta prévia, considerando o Protocolo de Consulta da Lagoa dos Patos. Fundamentado no diálogo e no entendimento no ambiente em que a escola está inserida, dialogamos com Paulo Freire, revelando a potência da escola como espaço de formação crítica e social. Considerando a metodologia qualitativa e participativa, dialogasse com a educação a partir de Paulo Freire (1996), e Educação Ambiental Crítica, a partir de Loureiro (2012). Esse trabalho revelou a importância do diálogo e da troca de saberes em sala de aula.

Palavras-chave: Ilha dos Marinheiros; Educação; Escola do Campo.

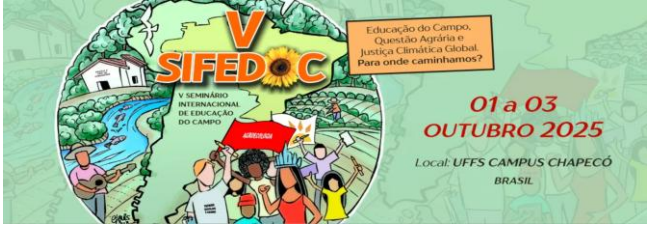
Introdução

Este foi um tema que surgiu espontaneamente dos alunos no ambiente de sala de aula de geografia, a partir dele oportunizou-se momentos de grandes trocas, e de aprendizagem. Partindo da discussão da bacia hidrográfica do Rio Grande do Sul, os estudantes do sétimo ano trouxeram a proposta de um parlamentar de construir dois canais ligando a Lagoa dos Patos ao Oceano que estava circulando nas redes sociais.

[1] Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Doutoranda em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: rubilaine2012@hotmail.com.

[2] Mestre em Educação Ambiental. Professora e Coordenadora da EMEF em TI Professora Sylvia Centeno Xavier. E-mail: denisedasneves20@gmail.com.

.



A proposta do trabalho se apoia em três fundamentações teóricas, que amparam a escrita e construção do mesmo, dentre estão a Educação Ambiental Crítica, inspirada em autores como Loureiro (2012), que nos diz que essa abordagem vai da conservação ambiental e busca formar sujeitos conscientes e críticos capazes de se tornar atores de mudanças em seus territórios.

E no contexto escolar trouxemos Paulo Freire (1996) onde Freire defende que o conhecimento nasce da experiência vivida e da escuta ativa dos sujeitos. Possibilitando o protagonismo dos alunos(as) e o diálogo entre a realidade que a comunidade vivência após os prejuízos causados pelas enchentes dos últimos anos. Poletto (2025) trabalha também a educação ambiental dentro do contexto escolar com alunos do sétimo ano.

Partindo dessa demanda, reorganizamos a abordagem pedagógica para trabalhar com as crianças a parte ambiental, social e político, considerando que a comunidade da Ilha dos Marinheiros já tem o protocolo de consulta das comunidades tradicionais pesqueiras da Lagoa dos Patos, instrumento de luta e construído coletivamente.

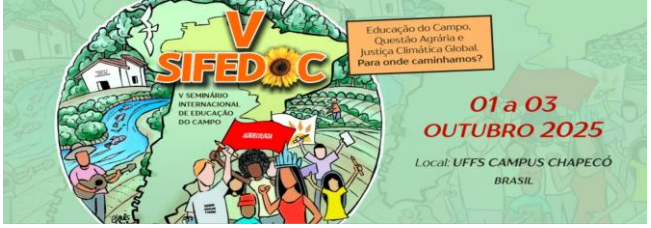
O trabalho nos permitiu discutir pra além das questões pedagógicas do conteúdo proposto, a compreensão dos alunos (as) a cerca do protocolo de consulta das comunidades e a interação sobre seus diretos evidenciados.

Metodologia

A metodologia qualitativa, e participativa, considerando que tanto alunos quanto as professoras são sujeitos que dividem vida em comunidade.

A sala de aula como espaço de trocas

A Ilha dos Marinheiros, é a comunidade que abriga a escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Sylvia Centeno Xavier, a escola abriga hoje cerca de 29 anos e alunas entre os sexto e nono anos. A escola é uma das escolas que compõe



a educação na Ilha e se caracteriza por uma escola do campo, que dialoga com o modo de vida da comunidade. [3]

De acordo com Azevedo, (2003) que faz um levantamento sobre a Ilha dos Marinheiros, ela está localizada na Lagoa dos Patos, constitui o segundo distrito do município de Rio Grande, possui uma área aproximada de 39,28 km². Com cerca de 1.400 habitantes, estima-se que, a autora descreve em seu livro partes importantes da Ilha como, vegetação, modo de vida, cultura, paisagem e outras informações, inclusive sobre a ilha ser tão afetada pelas mudanças climáticas.

A Ilha enfrentou as cheias de 2023, com consequências para a pesca e a agricultura conforme descrito por RIZZOTTO (2024) e a devastadora enchente de 2024 que deixou a população isolada após ter caído a ponte que liga a ilha ao continente, para além de todos os prejuízos causados pelas águas. Incluindo a escola que por muitas vezes é prejudicada por conta da travessia[4].

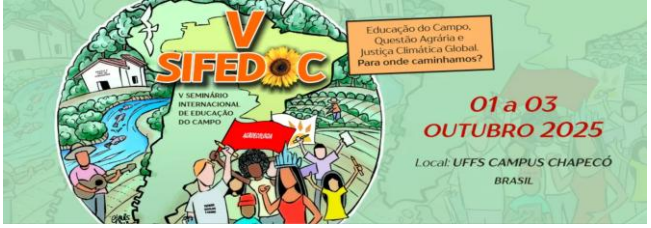
Consideramos a educação a partir de Paulo Freire (1996), que evidenciou que os alunos são sujeitos capazes de compreender e intervir em seu território, e trazer para o ambiente escolar temas de discussão a partir de suas vivencias e realidades. Freire nos diz que a educação popular, é um processo de conscientização que busca a autonomia dos sujeitos, e esse processo se dá por meio do diálogo e de práticas e ações coletivas, mesmo dentro da escola.

Freire (1996) ainda nos diz que os alunos não são apenas sujeitos que estão na escola para receber conhecimento, mas alguém que participa ativamente no processo educativo, evidenciando essa troca de conhecimento entre professores e alunos.

Dito isto o trabalho dialoga com Loureiro (2012) e a educação ambiental critica, onde os sujeitos são pensantes no contexto. O que justifica essa escrita, é considerar que as escolas do campo oportunizam esse diálogo e troca de saberes entre os sujeitos inseridos e comunidade.

Segundo Arroyo (2004), a Educação do Campo é uma educação com e para os sujeitos do campo, a escola que está no campo, não necessariamente é uma escola do campo, mas a que se propõe a fazer essa educação que se opõe à lógica

[3] https://qedu.org.br/escola/43174868-esc-mun-ens-fun-prof-sylvia-centeno-xavier
[4] https://www.grupooceano.com.br/noticias/rio-grande/ponte-da-ilha-dos-marinheiros-segue-interditada-apos-mais-de-um-mes-35365/



da educação rural tradicional, que historicamente excluiu e invisibilizou essas populações, que não faziam parte da escola. Na atividade desenvolvida, os alunos reconheceram o Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada como instrumento de defesa dos modos de vida e dos territórios, e pensaram criticamente.

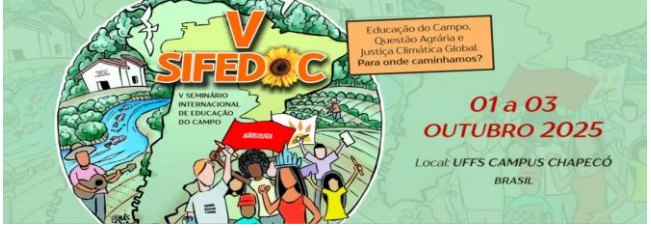
Durante as aulas de Geografia, o tema surgiu de forma natural entre os alunos (as). A partir do estudo sobre a bacia hidrográfica do Rio Grande do Sul, os alunos do sétimo ano iniciaram uma discussão enriquecedora sobre a proposta, divulgada nas redes sociais, essa construção de dois canais ligando a Lagoa dos Patos ao Oceano Atlântico conforme podemos ver na figura 1.

Figura 1 imagem retirada da internet para impressão e discussão em sala de aula, após solicitação dos alunos(as).



Imagem 1, proposta pelos alunos(as) Fonte: https://www.instagram.com/p/DLPtcK-ART2/

O trabalho se desenvolveu em diferentes fases, respeitando o tempo e o interesse dos alunos, e seguindo o contexto curricular durante as aulas sobre a bacia hidrográfica do estado, o tema da Lagoa dos Patos foi abordado, a partir de conteúdos



sobre o ciclo da água, emergências climáticas, impactos ambientais, e dificuldades enfrentadas pela comunidade pós enchentes como a interdição da ponte por exemplo. [5]

Em meio às discussões, surgiu o questionamento sobre a proposta de construção dos canais. Alguns alunos disseram ter ouvido sobre isso em casa, ou através das redes sociais, outros trouxeram dúvidas. Esse momento foi dialogado em sala e usado como ponto de partida para construção coletiva.

Cada aluno escreveu sobre o a proposta, levando em consideração a bacia hidrográfica do rio Grande do Sul, e considerando que as comunidades têm o protocolo de consulta. [6] Na figura dois podemos ver um exemplo de ideia que foi elaborado em sala de aula.

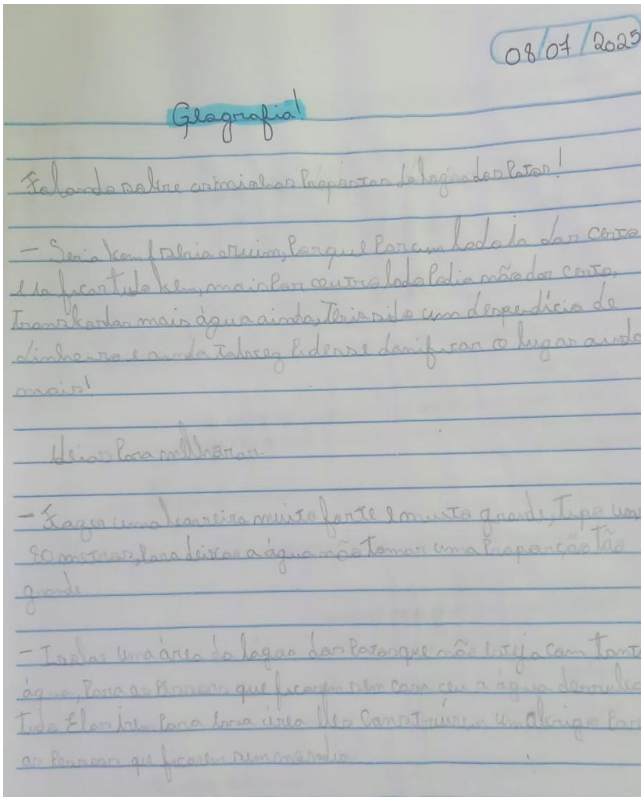
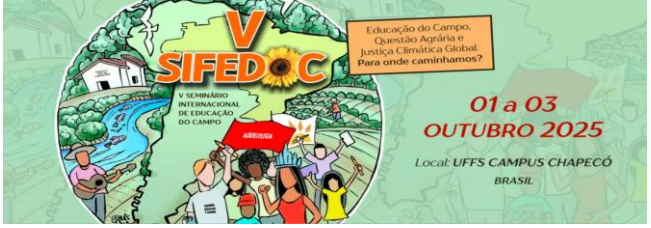


Figura 2, imagem de um dos trabalhos elaborados em sala. Fonte: arquivo da autora.

[5] https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2025/06/a-ponte-e-o-coracao-da-ilha-um-ano-depois-da-enchente-moradores-da-ilha-dos-marinheiros-em-rio-grande-seguem-isolados-cmbfbj7p0000a014f2oe87nt5.html

[6] https://www.furg.br/comunicacao/noticias/comunidades-pesqueiras-da-lagoa-dos-patos-lancam-protocolo-de-consulta-para-defesa-de-seus-territorios#:~:text=O%20Protocolo%20de%20Consulta%20foi,mais%20de%20530%20pescadores%20artesanais.



Os alunos foram divididos em trios e orientados a desenvolverem tempestades de ideias sobre o tema. Cada aluno anotou seus pensamentos iniciais: dúvidas, preocupações, posicionamentos. Em seguida, debateram entre si, confrontando argumentos e aprofundando percepções.

Com base nas ideias debatidas, cada grupo elaborou um cartaz com textos conforme figura três, desenhos, mapas e frases que expressavam sua conclusão sobre a proposta inicial. O diálogo entre os alunos de cada grupo foi ganhando argumentos e encontrando soluções, alguns alunos dos grupos se posicionaram contra, destacando os impactos negativos, enquanto outros ponderaram sobre possíveis benefícios, e propondo aos que estavam contra soluções para que pudessem construir uma proposta, sempre considerando o direito à consulta das comunidades de acordo com o que diz o protocolo.

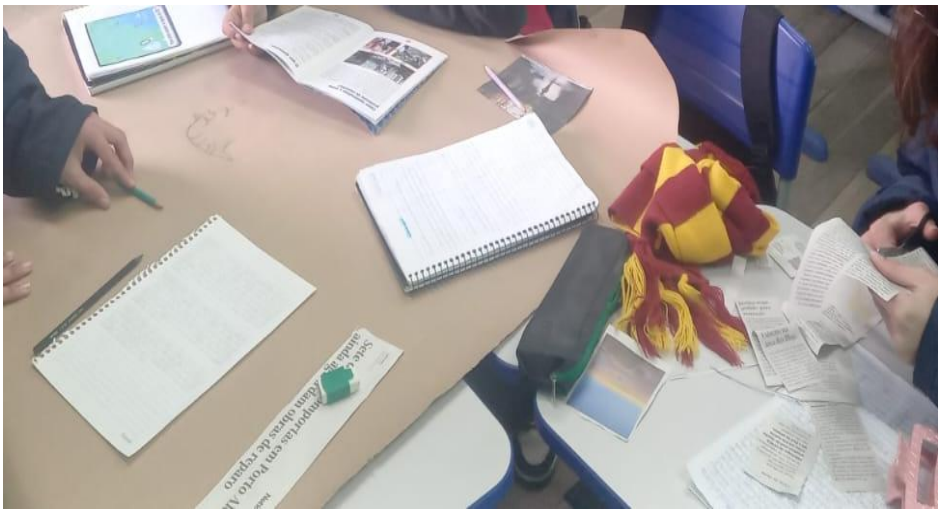
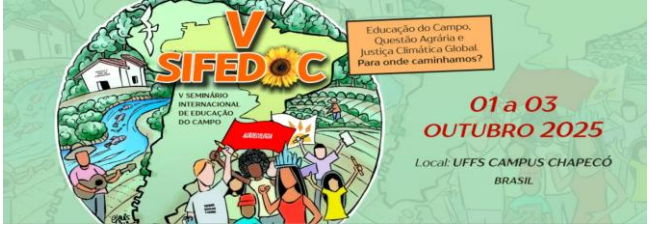


Imagem 3, atividade de construção dos cartazes em sala. Fonte: arquivo da autora.

Os cartazes foram apresentados por cada grupo em sala de aula. Criando momentos de diálogo entre os grupos, com perguntas, críticas e elogios entre colegas. Os alunos compreenderam que a proposta parlamentar precisa de inúmeros estudos e discussões, e principalmente do aval das comunidades pesqueiras da Lagoa dos Patos, respeitando protocolo de consulta, pois milhares de pessoas tem seus modos de vida ligados a Lagoa, entre elas os alunos da escola. e que toda intervenção no território não vem sozinha, e por trás delas tem interesses e impactos que abalam esses territórios tradicionais.

Esse debate levou os alunos e alunas a desenvolver consciência crítica, debate esse trazido por eles(as), e incentivados pelas professoras estimulando essa



criticidade, e oportunizando escrever com eles (as), sobre as vivencias, que são tanto dos alunos como das professoras.

> Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. (FREIRE 1996 p12).

Os cartazes foram, resumos de dias de muito diálogo e discussão conforme imagens 4 e 5. Freire (1987) diz que esses momentos são pontos de uma educação libertadora onde o aluno deixa de ser aquele sujeito que só recebe e passa a ser parte da ação educativa.

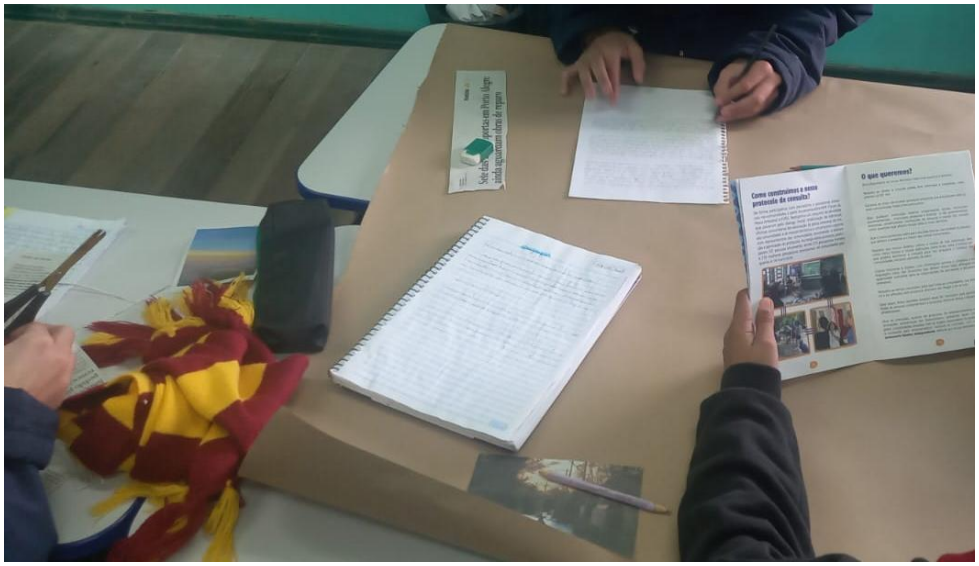


Imagem 4, atividade de construção dos cartazes em sala. Fonte: arquivo da autora

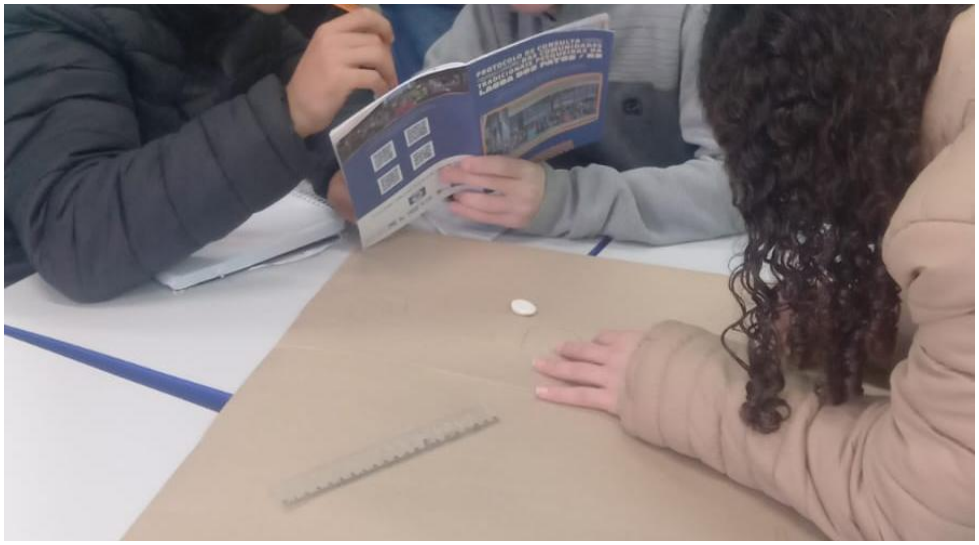
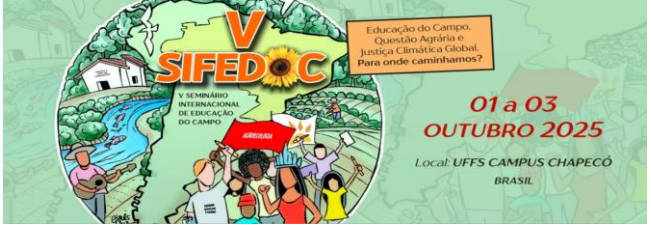


Imagem 5, atividade de construção dos cartazes em sala. Fonte: arquivo da autora



O trabalho ainda tem mais duas fazes previstas, entre elas a apresentação dos cartazes de um grupo para o outro, com a discussão dos grupos com o protocolo de consulta, e a última parte prevista é a apresentação para a turma do oitavo ano em forma de seminário de Geografia da escola.

Conclusão

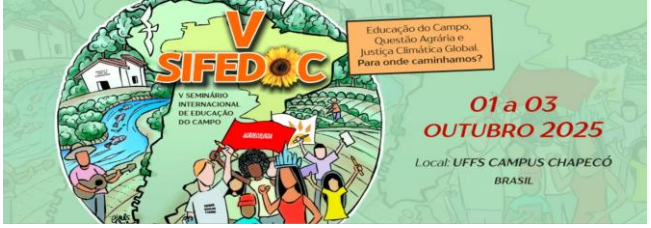
Essa proposta construída a partir da escuta dos estudantes que evidencia a importância de uma educação que reconhece a vivência dos alunos (as) como ponto de partida para o conhecimento, que proporciona a educação transformadora a partir do modo de vida.

Quando a escola oportuniza que os alunos(as) têm espaço para expressar suas inquietações, como ocorreu nas aulas de geografia, o processo de ensino-aprendizagem ganha um caráter crítico, participativo e essencial para a formação e para o pensamento crítico. O estudo de temas ligados ao território em que estamos inseridos(as) e aos conflitos e dificuldades que enfrentamos, permite que a disciplina se torne instrumento de leitura de mundo, para nós professoras que estamos inseridas no mesmo contexto que os alunos(as) nos permite escrever com eles e elas, promovendo não apenas conteúdos de aula, mas também uma formação comunitária e luta. Essa perspectiva está alinhada aos princípios freirianos, nos quais ensinar é um ato de coragem, diálogo e comprometimento, mas também um ato de aprender, também a educação ambiental, ao considerar os sujeitos(as) em sua realidade, a escola cumpre sua missão de formar cidadãos capazes de agir, pensar e transformar, se posicionando diante das questões que afetam direta ou indiretamente as comunidades em que vivemos.

Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

AZEVEDO, A., 2003, A Ilha dos Três Antônios, Artipol, Águeda. Barretto, M., 2002, Planejamento e organização em turismo, Papirus, Campinas.



FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental crítica: Elementos para uma prática pedagógica coerente. Petrópolis: Vozes, 2012.

POLETTO, Rodrigo de Souza; SANTOS, Regiele dos; SHIZUE ABE CONTARDI, Rosa; BUENO LUCAS, Lucken. Concepções de alunos do Ensino Fundamental acerca dos resíduos sólidos urbanos, Educação Ambiental e mudanças climáticas. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, *[S. l.]*, v. 42, n. 1, p. 385–404, 2025. DOI: 10.63595/remea.v42i1.15714. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/15714. Acesso em: 20 jul. 2025.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; COSTA, Ana Maria; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos da Costa. **Crise climática e os novos desafios para os sistemas de saúde: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul/Brasil**. Saúde em debate, v. 48, p. e141ED, 2024**.**